



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO DE CADASTRO - NUCAD/DELEMIG/DREX/SR/PF/SP

Assunto: **DESPACHO**

Destino: **NÚCLEO DE CADASTRO - NUCAD/DELEMIG/DREX/SR/PF/SP**

Processo: **08505.000821/2019-95**

Interessado: **GINA BENEVENUTO**

D E S P A C H O

1. Trata-se de **Defesa Administrativa** apresentada pelo(a) imigrante **GINA BENEVENUTO**, por intermédio da Defensoria Pública da União – DPU, contra imposição de multa discriminada **Auto de Infração e Notificação nº 0183_00006_2018**.
2. Ao analisar a referida **Defesa Administrativa**, o Setor de Atendimento do Núcleo de Cadastro de Estrangeiros desta DELEMIG/DREX/SR/PF/SP, considerando os argumentos e os documentos apresentados pelo(a) imigrante, tais como a “Declaração de Hipossuficiência Econômica” e o “Formulário Socioeconômico”, bem como os dispositivos legais insertos na Lei nº 13.445/2017, no Decreto nº 9.199/2017, na Portaria MJ nº 218/2018 e no Decreto nº 6.975/2009 - este último para o caso de cidadãos de países signatários do Acordo de Residência do Mercosul, emitiu Parecer sugerindo o acatamento do pleito formulado pelo(a) imigrante, para promover a isenção da multa que lhe foi imposta por meio do **AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO nº 0183_00006_2018**. Sugeriu, outrossim, a subsistência do **TERMO DE NOTIFICAÇÃO nº 0183_00006_2018** que determina que o(a) imigrante deixe o País voluntariamente ou regularize sua situação migratória no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua ciência, conforme previsto no artigo 109, II, da Lei nº 13.445/2017 e no artigo 307, II, do Decreto nº 9.199/2017, sob pena de DEPORTAÇÃO, nos termos dos artigos 50 a 53 da Lei nº 13.445/2017 e artigos 187 a 191 do Decreto nº 9.199/2017.
3. De acordo com o Parecer acima referido, ante a comprovação da situação de hipossuficiência econômica e com fulcro nos elementos fáticos e jurídicos coligidos aos autos, dou provimento à **Defesa Administrativa** apresentada pelo(a) imigrante, determinando a isenção da multa aplicada através do **AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO nº 0183_00006_2018**, bem como ratificando o **TERMO DE NOTIFICAÇÃO nº 0183_00006_2018** que determina que o(a) imigrante deixe o País voluntariamente ou regularize sua situação migratória no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua ciência, conforme previsto no artigo 109, II, da Lei nº 13.445/2017 e no artigo 307, II, do Decreto nº 9.199/2017, sob pena de DEPORTAÇÃO, nos termos dos artigos 50 a 53 da Lei nº 13.445/2017 e artigos 187 a 191 do Decreto nº 9.199/2017.
4. Publique-se esta **Decisão** no sítio eletrônico da Polícia Federal, cientificando o (a) autuado(a)/defensor(a).
5. Atualizem-se os sistemas STI-WEB e STI-MAR.
6. Cumpra-se.

MARCO ANTONIO RIBEIRO COURA
Delegado de Polícia Federal
Chefe do NUCAD/DELEMIG/DREX/SR/PF/SP



Documento assinado eletronicamente por **ADILSON TRIGO, Chefe de Núcleo - Substituto(a)**, em 22/01/2019, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9609871** e o código CRC **599BB21A**.

Referência: Processo nº 08505.000821/2019-95

SEI nº 9609871